

AValiação INSTITUCIONAL:

A experiência da auto-avaliação institucional na UFAL

Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira (UFAL)

mariaantonieta07@gmail.com

Resumo

O texto aborda a avaliação institucional na perspectiva da descentralização do Estado e da autonomia e da liberdade acadêmica. Relata a experiência da condução do processo de auto-avaliação institucional e da tentativa de se concretizar uma cultura avaliativa pela sistematização da auto-avaliação institucional em uma universidade do sistema público federal de ensino. Aponta as tensões e interações políticas e sociais dos sujeitos face à complexidade da avaliação e os obstáculos de ordem técnica e operacional que se colocam à aplicação das estratégias propostas. Conclui apresentando sugestões para viabilizar uma cultura avaliativa que se traduza efetivamente em melhor qualidade educativa.

Palavras chaves: Avaliação institucional; auto-avaliação; cultura avaliativa

INSTITUTIONAL EVALUATION: THE SELF-EVALUATION INSTITUTIONAL EXPERIENCE OF UFAL

Abstract

The text addresses the institutional evaluation in the perspective of decentralization of government and the autonomy and academic freedom. It reports the experience of conducting the process of institutional self-evaluation and the attempt to achieve a culture of systematic evaluation by institutional self-evaluation in a university of a public system. It points out the tensions and political and social interactions of the subjects given the complexity of the evaluation and obstacles of a technical and operational facing the implementation of the proposed strategies. It concludes with suggestions for achieving a culture of evaluation that effectively translate into better educational quality.

Key-words: Institutional evaluation; self-evaluation; evaluating culture

Debates em Educação

Introdução

O papel do Estado na educação justifica-se pela legitimidade de assegurar a realização do bem comum, permanentemente problematizado com pertinência como bem público depois da Revolução Industrial, que obedece a funções globais de socialização, de especialização e de formação.

Vários são os críticos e estudiosos que põem em questão o centralismo do Estado perante a ação educativa, ou seja, o totalitarismo do Estado em matéria de educação vem sendo profundamente condenado.

Paulatinamente, foi-se generalizando, ao nível do senso comum, um sentimento amplo de descentralização, sobretudo com o advento da crise econômica da década de 80 do século passado, em que o Estado sente necessidade de repensar o seu papel. Pelo que diz respeito ao sistema educativo, o Estado na tentativa de recuperar a legitimidade e o protagonismo perdidos pelo esvaziamento político e pelas constantes hesitações ao nível da tomada de decisão política, tenta romper com as lógicas reformadoras habituais.

Na dimensão educativa, a (re) legitimação do Estado, antes centralista, consubstancia-se pela afirmação de políticas educacionais, pela reiteração de uma descentralização e/ou desconcentração de poderes, pela mobilização das estruturas ao nível local e pela prescrição de uma lógica de inovação e eficácia, estratégias essas, desenhadas com o intuito de conferir à escola e aos seus sujeitos responsabilidades substantivas acrescidas.

É nessa perspectiva e por vontade política que a escola se impõe cada vez mais como sinônimo privilegiado da ação educativa, sendo entendida, quer como núcleo gerador e executor de projetos locais, quer como plataforma fundamental da autonomia que lhe é conferida, quer ainda como fiel da diversidade formativa com o intuito de melhorar a qualidade de ensino.

Debates em Educação

Destarte, o Estado deve proteger e promover as iniciativas levadas a cabo por outros vetores sociais com preponderância no plano educativo, nomeadamente as comunidades locais.

Esta noção de partilha, de conscientização da legitimidade de outros parceiros na ação educativa, não relega o Estado para um plano secundário: de centralista, passa a adotar a lógica do Estado avaliador, assumindo o dever de fiscalizar equilibradamente e com mestria os modelos educativos, assegurando a competência profissional dos professores e gestores, salvaguardando sempre o interesse da sociedade.

No momento, este sentimento vem se encarnando na alma dos mais díspares sujeitos sociais. Perante um modelo democrático que percorre a sociedade brasileira, institucionalizado pela sociedade política, assiste-se lentamente a um desmonte das dimensões autocráticas e centralizadoras por parte do Estado, onde tudo era concebido e foi se sedimentando em uma perspectiva centralizadora e *weberianamente* burocrática. No fundo, as razões imputadas à centralização justificam-se claramente com válidos pressupostos da descentralização.

O poder da sociedade é uma questão peculiar de âmbito intemporal e falar-se de descentralização é pertinente e válido, como já foi também vital e legítimo falar-se de centralização, precisamente porque de uma ou de outra forma não estará nunca em causa o poder da sociedade política perante a ação educativa.

A avaliação é processo amplo e complexo, e de difícil apreensão pelos investigadores que por ele se aventuram. Nem todos possuem a mesma concepção, o que origina diferentes teorias, distintas concepções, o que tem obviamente implicações múltiplas ao nível do ensino e das instituições.

O propósito é trazer à reflexão uma experiência concreta sobre a ação avaliativa normatizada pelo Estado. Mais precisamente, sobre a proposta de avaliação institucional instituída pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Consubstancia uma política de

Debates em Educação

governo no seio de um Estado, que se posiciona em favor da autonomia da ação educativa, ao tempo em que se reserva ao direito de exercer, de forma centralizadora, o controle sobre seus desdobramentos e entrelaçamentos.

A temática se revela pertinente na medida em que as políticas educativas têm se voltado para a prescrição de uma retórica assente no primado da autonomia, como tentativa de rubricar uma nova postura para o sistema educacional.

Em consonância com a conjuntura de um Estado que se afirma avaliador pela consolidação de políticas de governo norteadas para o estabelecimento de sistemas e instrumentos de aferição de resultados, postulados em prol da otimização da qualificação dos procedimentos e desempenhos em todos os setores da sociedade, é que se busca analisar criticamente a experiência de criar uma sistemática de avaliação. Um de seus pilares é a auto-avaliação, possibilidade que se oferece de exercício concreto da autonomia que se deseja alcançar.

O olhar volta-se, então, para a análise crítica da experiência de se concretizar no âmbito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), uma sistemática de auto-avaliação que se faça embrião de uma cultura avaliativa, dentro da lógica expressa pelo Estado avaliador.

1 - A Avaliação Institucional

Os anos 80, com suas crises econômicas e sociais decorrentes do longo ciclo de desenvolvimento do pós-guerra apresentaram outros desafios às políticas educacionais, uma vez que as novas condições de competição no mercado mundial – fortemente relacionadas ao domínio das inovações tecnológicas e organizacionais – realçaram as vantagens competitivas de sociedades que haviam elevado a qualidade educativa de seus profissionais e dirigentes.

Em conseqüência, as políticas educacionais passaram a dar maior atenção à eficiência do funcionamento de suas instituições escolares, para maximizar os

Debates em Educação

resultados da alocação de recursos limitados e, também, a própria qualidade desses resultados. Em virtude disso, ampliaram-se e aprofundaram-se as análises da gestão educacional, as mensurações de ganhos da aprendizagem e de eficácia de projetos pedagógicos e, mais recentemente, as de aquisição de competências e habilidades cognitivas. A última década do século caracterizou-se pela enorme importância dada às estruturas dirigidas a avaliar o desempenho dos sistemas educativos.

Em relação ao ensino superior a avaliação institucional toma forma quase que indissociada da qualidade que se quer ver, internacionalmente, reconhecida:

Assegurar uma alta qualidade, internacionalmente reconhecida, considerar a obrigação de prestar contas e realizar avaliações, tanto internas quanto externas, respeitando a autonomia e a liberdade acadêmicas, como parte normal e inerente funcionamento e, criar em seu interior sistemas, estruturas ou mecanismos transparentes encarregados de cumpri-las. (ED98/cf. 202/4 Prov. Rev 3-p. 1998)¹

A Conferência da UNESCO² da qual resultou o documento acima citado, destacou a avaliação como elemento chave na constituição da Universidade do Século XXI, e se reporta as questões da autonomia e do respeito à liberdade acadêmica, devendo a avaliação constituir-se como prática normal do funcionamento das instituições de ensino superior.

No contexto brasileiro, as primeiras iniciativas oriundas da área governamental tiveram nítida sustentação: i) no controle, vide modelo CAPES³; ii) na recompensa financeira e iii) na exposição ao julgamento público, a exemplo do Exame Nacional de Curso – PROVÃO. Outras, entretanto, com origem no meio acadêmico, privilegiaram a autonomia e a liberdade acadêmica, prestando contas à comunidade interna e externa, como o PAIUB⁴, contribuição da ANDIFES⁵ e do Fórum de Pró-Reitores de Graduação.

¹ Citado por LEITE, D. B.C e BALARINE, O.F. *Avaliação institucional das universidades: quantificação de impactos e mudança associados*, Brasília, 1999, p.227

² Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura.

³ Centro de Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Superior.

⁴ Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, MEC/SESu – Brasília: SESu, 1999

⁵ Associação Nacional dos Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior

Debates em Educação

No primeiro enfoque as iniciativas são recebidas com ressalvas como imposições, fruto de políticas neoliberais das agências internacionais de fomento, como o Banco Mundial, pautadas pela lógica de mercado, com vistas à maior produtividade e eficiência e ao ranqueamento das instituições. Na perspectiva acadêmica, mais centrada em uma concepção de auto-avaliação, a avaliação institucional fundamenta-se nos princípios e/ou características pressupostas pelo PAIUB, quando de sua implantação. Concebe-se como instrumento do poder e processo de melhoria da qualidade do fazer universitário (MARTINATO, 1998). Belloni (1998) reafirma a função social da avaliação e estabelece a distinção entre a que se processa, voltada ao "controle e hierarquização entre instituições", funções do Estado, e a concebida como estratégia "para a identificação das insuficiências e das potencialidades de instituições e do sistema, com vistas à melhoria e mudança em seu funcionamento". Pode ainda ser entendida como processo de "autoconhecimento e tomada de decisões", sentido em que tem como finalidade "aperfeiçoar o funcionamento e alcançar melhores resultados em sua missão institucional, junto à ciência e junto à sociedade", assegurando relevância e qualidade.

Em função das tensões geradas entre o meio acadêmico e os governos, principalmente em nível de concepções, finalidades e objetivos, muitas das ações do PAIUB não frutificaram em sistemáticas de avaliação. Frequentemente acusado de corporativista, lento e pouco operante, o Programa, no entanto, em algumas instituições de ensino superior assumiu proporções ampliadas com aceitação incontestada de seus partícipes, protagonistas de um processo reflexivo e integrador.

A avaliação, entretanto, foi ganhando fôlego e vem se fazendo mais presente em todos os setores e instâncias da vida em sociedade. O momento atual exige transparência nas ações e processos e, no caso das instituições e órgãos públicos, o rigor em função da prestação de contas é redobrado. Justificam-se procedimentos avaliativos não apenas pelo desejo legítimo do acesso ao conhecimento, mas igualmente pelo direito à participação, que se confere aos indivíduos na mesma

Debates em Educação

proporção e sentido em que se amplia o arco da cidadania. Relaciona-se, destarte, com a democratização da sociedade.

Avaliar para melhorar, para descobrir caminhos, para buscar formas de lidar com os valores e alterações marcantes nessa sociedade em que o novo se impõe e a aprendizagem se faz contínua, passa a ser uma exigência para todos aqueles que estão sensíveis às necessidades de aprimoramento pessoal e profissional.

Controvérsias e resistências ainda se fazem presentes no âmbito das instituições de ensino superior, embora não possa a avaliação ser mais considerada procedimento recente. Nos últimos anos vem se afirmando e gerando situações propícias ao planejamento/re-planejamento das necessidades e demandas a serem atendidas e dos problemas a serem mediados.

Entre nós a avaliação institucional tem evoluído em busca de indicadores que reconstruam a caminhada, não apenas impulsionada por uma exigência legal, mas pela crescente compreensão da comunidade acadêmica consciente da necessidade de sondar, avaliar, planejar e/ou re-planejar, refazer percursos metodológicos e institucionais, de forma permanente, criando sistemáticas de avaliação, na intenção das universidades cumprirem integralmente sua função social.

Nesse sentido, a avaliação institucional passa a ocupar um espaço relevante no âmbito das políticas universitárias, dos organismos governamentais e das agências internacionais de fomento, esferas nas quais o interesse não se coloca em consideração apenas dos potenciais de transformação qualitativa, de aprimoramento pedagógico e de eficácia gerencial que possam resultar, mas, principalmente, das exigências de regulamentação e de controle da educação superior, por parte do Estado, e, em estreita coerência, com a lógica avaliadora.

Destarte, as razões que explicam a eclosão de investimentos e propostas da avaliação institucional são variadas, porém confluem para a ênfase na qualidade, para as políticas de descentralização e para a pressão social.

Debates em Educação

Nesta perspectiva, a avaliação institucional, em termos legais ampara-se no/na: i) inciso IX, do Artigo 9º, da Lei n. 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, que arrola como atribuições da União: “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”; ii) Artigo 1º, da Lei n. 10.861/2004, que institui o SINAES, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes; iii) Portaria n. 2.051 de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos do SINAES, iv) Portaria MEC n. 2.051 de 09 de julho de 2004 que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES e v) Decreto Federal n. 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Portarias Normativas se sucedem na definição de calendários para os ciclos avaliativos, normalmente de três anos, e na aprovação dos instrumentos de avaliação, em constante processo de aperfeiçoamento.

2 - A avaliação institucional no âmbito da UFAL.

No âmbito da UFAL, a avaliação institucional respalda-se, de forma mais ampla pelo Decreto n. 3860/2001, através do qual o Ministério da Educação iniciou o processo de revisão das atribuições e competências da sua Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cuja resultado implicou na elaboração de sua matriz pedagógica e de seu planejamento estratégico, como parte do Projeto Institucional das Instituições de Ensino Superior.

A matriz pedagógica, geradora dos projetos pedagógicos dos cursos, originalmente esteve contida no Projeto Pedagógico Geral (PPG). A partir de 2006, foi consubstanciada no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e é, hoje, parte integrante do planejamento estratégico da UFAL, denominado de Plano de Desenvolvimento

Debates em Educação

Institucional (PDI). Este concebe a Universidade em sua totalidade, a partir de uma visão que a insere no contexto nacional e regional, sem perder de vista sua identidade.

Ainda no nível interno, a UFAL instituiu, conforme as orientações do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), nomeada através da Portaria GR de n. 484, de 12 de julho de 2004 e renovada pela Portaria GR de n. 57, de 16 de janeiro de 2009. Inicialmente composta por treze membros, foi, por força do Art. 6º, de seu Regimento Interno⁶, reduzida para dez, mantendo a configuração original em que estão contemplados os diferentes segmentos representativos da comunidade acadêmica, corpos: docente, discente e técnico administrativo, e da sociedade alagoana, conforme os critérios estabelecidos pela CONAES.

Muito embora não se possa identificar uma sistemática que se caracterize como cultura avaliativa, a avaliação institucional na UFAL não se vem fazendo totalmente ausente. Ao longo dos anos sofreu solução de continuidade, mesmo assim, registre-se a vontade política e o esforço institucional de construir um modelo próprio de avaliação que subsidie seu processo decisório, embase a definição de prioridades, enseje a correção de rumos e a adoção de medidas otimizantes e de incremento de seus processos e resultados.

Dois foram os momentos mais marcantes desse esforço. O primeiro, nos anos 80, quando a UFAL foi contemplada, juntamente com outras dez instituições federais de ensino superior (IFES), pelo Acordo MEC/BID III e investiu significativos recursos na construção e ampliação de sua estrutura física, na capacitação de docentes e técnico-administrativos, na aquisição de equipamentos e contratação de assessoria técnica. Em razão desses investimentos, comprometeu-se a constituir uma equipe interna de avaliação, ao mesmo tempo em que passou a ser avaliada, durante uma década, pelos órgãos financiadores. Vale salientar que desse processo resultou, praticamente, boa parte da infra-estrutura localizada hoje em seu Campus A.C. Simões⁷, incluindo laboratórios, blocos de salas de aulas teóricas, Biblioteca Central, restaurante

⁶ Aprovado pela Resolução n. 28/2005 – CONSUNI.

⁷ A UFAL possui dois campi: A.C.Simões, sede, localizado em Maceió, e Arapiraca, fora de sede, que se compõe com os pólos de Penedo, Palmeira dos Índios e Viçosa.

Debates em Educação

universitário, além de outros investimentos em algumas unidades situadas fora do Campus, como o Centro de Ciências Biológicas (CCBI), o Laboratório de Ciências do Mar (LABIMAR) e outras. O mais importante resultado desse grande investimento foi a qualificação de seus quadros, não apenas por meio do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD/CAPES), mas pela realização de mais de trinta cursos de pós-graduação *lato senso* em oferta fechada para docentes, nas mais diversas áreas, inclusive na preparação de equipes técnicas em gestão e avaliação institucional.

O segundo grande movimento em direção à avaliação institucional ressurgiu com o PAIUB, na segunda metade dos anos noventa do século XX, em que a UFAL retomou sua preocupação com a avaliação, apresentando e mobilizando sua comunidade acadêmica para seu projeto institucional. Na ocasião, congregou todos os segmentos em torno de um processo participativo com o objetivo de avaliar a graduação – PROJETO REPENSAR.

Não obstante esses esforços pontuais há que se reconhecer que a UFAL não registra um histórico de procedimentos de avaliação institucionalizada a exemplo de outras universidades que, aproveitando as experiências acumuladas desde a implantação do PAIUB, foram desenvolvendo mecanismos e instrumentos próprios de avaliação. Desta forma, a auto-avaliação instituída na UFAL, segundo normas e critérios estabelecidos pelo SINAES não encontra parâmetro de análise e reflexão, até porque, historicamente, o momento é outro e as diretrizes e dimensões são bem mais abrangentes do que as das propostas anteriormente elaboradas. Além disso, muitos dos sujeitos envolvidos nos processos anteriores não mais pertencem aos seus quadros, alguns movidos pela aposentadoria, outros se transferiram para outras instituições federais de ensino superior, tendo a comunidade acadêmica deixado arrefecer a mobilização para a avaliação institucional.

Debates em Educação

3- A proposta de auto-avaliação institucional na UFAL

O Projeto de Auto-avaliação da Universidade Federal de Alagoas⁸ se proclama como construção coletiva, fruto de discussões entre os membros da CPA⁹ e a comunidade interna e externa, na intenção de registrar tensões e intenções na condução do processo educativo. Privilegia a avaliação dos procedimentos como fundamento para a tomada de decisões e o estabelecimento de compromissos visando à melhoria da qualidade de ensino e da formação profissional no Estado de Alagoas.

A procura pelo desenvolvimento de uma avaliação institucional ampla, em que a auto-avaliação insere-se, em consonância com os anseios e pretensões da comunidade acadêmica, explicitada em inúmeras oportunidades, durante a transição que a UFAL vem vivenciando, tem sido evidenciada à medida que cresce a preocupação em oferecer uma formação consistente e condizente com as necessidades surgidas, a partir das mudanças que se aceleram na sociedade internacionalizada (UFAL, 2005, p. 8).

Nesta perspectiva, observaram-se procedimentos visando à sensibilização, a promoção de grupos de estudo e debates que convergissem para a elaboração do Projeto de Auto-Avaliação. Respeitaram-se a concepção e as diretrizes emanadas pelo SINAES, bem como os mecanismos de validação e legitimação pela comunidade acadêmica com a finalidade de facilitar sua instituição e a criação de uma cultura avaliativa, como é desejável e a conjuntura atual requer.

A avaliação que se quer adota uma concepção formativa visando o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica como um todo e como atividade estruturada, que permite a verificação da qualidade institucional no sentido de sua responsabilização com o social e no redimensionamento das ações da própria instituição. Neste sentido, a UFAL tomou como parâmetro para a construção de seu Projeto de Auto-Avaliação Institucional a perspectiva de...

⁸ www.edu.ufal.br Projeto de Auto-avaliação.

⁹ Enquanto obra coletiva, os trechos aqui apresentados referentes à descrição do conteúdo do Projeto de Auto-avaliação da UFAL são de autoria dos membros da Equipe Técnica que consolidou o referido Projeto.

Debates em Educação

... ser a avaliação um *processo de acompanhamento sistemático*, com o intuito de supervisionar todas as instâncias de que se compõe a Universidade, visando ao permanente aperfeiçoamento de seus processos, no sentido da garantia da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão (UFAL, 2005, p. 8).

Percebe-se a auto-avaliação como elemento provocador da formulação de políticas educacionais, com vistas ao estímulo da adoção e do comprometimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade em que se inclui com a busca constante da qualidade pedagógica e gerencial da UFAL.

A concepção de avaliação fundamenta-se em valores éticos, responsabilidade e compromisso social e ambiental, voltados para garantir a excelência no atendimento às necessidades da sociedade em relação à qualidade de ensino, gestão, pesquisa e extensão. São princípios balizadores das ações e processos no âmbito da Universidade o/a: i) reconhecimento e garantia da identidade da UFAL; ii) indissociabilidade e qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; iii) democratização dos processos de gestão; iv) ética, justiça social e respeito às diversidades individuais e grupais; v) compromisso social e ambiental.

O objetivo geral assumido foi o compromisso de:

contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, a otimização e a excelência dos processos e resultados da UFAL, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa (UFAL, 2005, p. 8).

Desdobrado, o objetivo geral gerou os seguintes objetivos específicos: i) envolver a comunidade acadêmica em todas as etapas do processo; ii) definir as diretrizes do processo avaliativo; iii) sistematizar e analisar coletivamente as informações; iv) identificar as forças de desenvolvimento e de deterioração organizacionais; v) destacar potencialidades com vistas ao estabelecimento de prioridades; vi) propor estratégias para a superação das fragilidades evidenciadas; vii) re-significar o sentido da práxis administrativa e acadêmica das diversas instâncias

Debates em Educação

institucionais; viii) promover a articulação dos diversos níveis da instituição, no sentido de garantir uma visão de totalidade da UFAL e das partes que a constituem.

As dimensões da avaliação emanam dos documentos que regulamentam a consecução dos projetos de auto-avaliação a/as/o: i) missão e o PDI; ii) política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; iii) responsabilidade social da UFAL, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural da produção artística e do patrimônio cultural; iv) comunicação com a sociedade; v) políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; vi) organização e gestão da UFAL, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; vii) infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; viii) planejamento e avaliação, especialmente os processos e resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; ix) políticas de atendimento aos estudantes; x) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior; xi) órgãos suplementares já consolidados e significativos para o cumprimento da missão institucional, entre os quais citamos: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), Museu Théo Brandão, Fazenda São Luis, Casas de Cultura, Estação Meteorológica, Usina Ciências, Residência Universitária Alagoana (RUA), Restaurante Universitário (RU) e Editora da UFAL (EDUFAL)¹⁰.

Em sua metodologia foram consideradas diferentes instâncias de atuação: a da formulação da política educacional - CONAES, através do órgão máximo promotor da avaliação institucional, o Ministério da Educação (MEC), enquanto mantenedor da

¹⁰ Embora previsto no Projeto de Auto-avaliação esta última dimensão de avaliação não foi considerada nos dois ciclos avaliativos realizados.

Debates em Educação

UFAL; a institucional em seu nível de gestão superior, as unidades acadêmicas e os órgãos suplementares e a da sociedade, os egressos e a sociedade civil organizada.

Deseja-se, esta forma promover o envolvimento dos vários segmentos em uma ação compartilhada com toda a comunidade acadêmica prevendo a preparação, o desenvolvimento e a implantação do processo de auto-avaliação da UFAL. O compromisso firma-se a partir da composição de equipes responsáveis em três diferentes níveis de atuação e com funções e responsabilidades específicas: o nível básico, com origem no interior das unidades acadêmicas; o nível intermediário em número correspondente às dimensões consideradas e o nível superior, a CPA.

As ações desenvolvidas no decorrer dos procedimentos de avaliação tomaram como base a leitura e análise dos documentos já existentes na UFAL, dados coletados através de entrevistas e questionários e/ou outras estratégias úteis a complementação e esclarecimentos necessários à auto-avaliação.

4 – A prática da auto-avaliação institucional na UFAL

Atuando efetivamente desde julho de 2004, a CPA/UFAL já concretizou dois ciclos avaliativos que resultaram em relatórios: o de 2004/2006 e, mais recentemente, o de 2006/2008, encaminhados à CONAES, dentro dos prazos estipulados. Ambos foram frutos, nem sempre bem sucedidos, da tentativa de se colocar em prática os princípios e a metodologia descrita no Projeto de Auto-avaliação.

4.1 – O primeiro ciclo avaliativo

Inúmeros foram os desafios e obstáculos enfrentados pela CPA/UFAL para colocar em prática as ações previstas em seu cronograma inicial para o primeiro ciclo avaliativo, compreendido entre julho de 2004 e agosto de 2006¹¹, muitos podendo ser

¹¹ Embora o ciclo avaliativo determinado pela CONAES correspondesse ao período 2004/2006, a CPA/UFAL decidiu antecipar para 2003 por assim abarcar um momento anterior ao da mudança estrutural implantada a partir de 2004, com a substituição dos centros e departamentos por unidades acadêmicas, e chegar até 2005, por não ter consolidado os dados referentes ao ano de 2006.

Debates em Educação

comutados a pouca tradição e experiência avaliativa da Universidade. A falta de compromisso e o natural corporativismo entre os sujeitos de todos os segmentos, aliados aos problemas decorrentes da infra-estrutura necessária ao suporte técnico e operacional do sistema de informação foram agravados com outros fatores aleatórios surgidos no decorrer dos trabalhos e que dificultaram a consecução das tarefas propostas.

A composição da CPA e o início de seu trabalho demandaram um tempo de discussões em torno de aspectos concernentes, sobretudo ao conhecimento dos regulamentos e da legislação pertinentes à temática e a necessidade de sensibilizar a comunidade acadêmica para a auto-avaliação. Assim, durante o segundo semestre de 2004 poucos avanços podem ser contabilizados no sentido de se construir o Projeto de Auto-avaliação, que só viria a se concretizar ao final do primeiro trimestre de 2005, com seu envio a Brasília, dentro do prazo estabelecido pela CONAES.

Os diversos momentos de sensibilização serviram a que a comunidade acadêmica fosse informada e convocada a participar, dando sua contribuição para a discussão sobre o Projeto. As sugestões encaminhadas foram incorporadas, o que autoriza a que se possa afirmar ser o Projeto de Auto-avaliação um trabalho de construção coletiva.

Desde a instalação da CPA evidenciou-se a impossibilidade de se contar com a totalidade ou pelo menos com a maior parte de seus membros nas reuniões semanais. A multiplicidade de tarefas e responsabilidades levou a que muitos acabassem por declinar da função junto à Comissão que, ao longo do tempo e com o acréscimo de trabalho, foi se esvaziando. Os estudantes mostraram-se resistentes a participar, abstendo-se o Diretório Central de Estudantes de fazer indicações, o que levou a que esse segmento fosse representado por escolha da administração central. Mesmo assim, a representação estudantil esteve sempre ausente das reuniões. A sociedade

Debates em Educação

civil¹², igualmente mostrou-se refratária à participação, com exceção da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), cujo representante contribuiu efetivamente para as discussões do grupo. Quanto aos demais segmentos, corpos: docente e técnico administrativo, a participação pode ser considerada apenas pontual, com maior presença dos professores, mesmo assim, quando ocupando cargos administrativos.

Visando minimizar tal situação a constituição da CPA foi reduzida mantendo a mesma configuração e proporcionalidade de representação dos segmentos acadêmicos e da sociedade civil, o que se concretizou com a eleição para a composição da nova CPA/UFAL, realizada em outubro de 2008.

Um olhar crítico para essa fase de implantação apontou para a necessidade de se dinamizarem os trabalhos, incluindo a contratação de uma consultoria, bem como de se repensar a metodologia de ação no sentido de se concretizar a construção do Projeto de Auto-avaliação e do Regimento que daria respaldo às decisões da CPA. A solução foi aproveitar os membros mais ativos e convidar outros que revelaram interesse em participar para compor uma equipe que iria se responsabilizar para concretizar as ações programadas. Assim, foi uma “Equipe Responsável” que conduziu os procedimentos avaliativos e culminou por se responsabilizar pela elaboração dos relatórios: parciais e finais, tanto em relação ao primeiro como ao segundo ciclo avaliativo, uma vez que ainda não havia sido resolvida grande parte dos problemas e dificuldades enfrentados na realização da auto-avaliação, entre eles a dificuldade de se efetivar a participação dos membros da CPA.

Contornadas as dificuldades iniciais, era vez de compor as Comissões de Auto-avaliação (CAAs), com a indicação dos representantes dos segmentos da comunidade acadêmica, que iriam subsidiar as ações da CPA, atuando junto às Unidades Acadêmicas (UAs).

¹² A Portaria que nomeou a primeira CPA registra como representação da sociedade civil, além da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas, o Conselho Estadual de Educação, a Associação Pestalozzi de Maceió e a Central Única de Trabalhadores – CUT.

Debates em Educação

O momento histórico que a UFAL vivenciava de transição de um modelo administrativo, estruturado em centros e departamentos, para outro, nucleado em cursos que geram unidades acadêmicas, envolveu toda a comunidade universitária no processo de eleição de diretores e de representantes para os órgãos colegiados da Universidade, especialmente, o Conselho Universitário (CONSUNI). Os novos diretores assumiram os cargos sem necessariamente terem conhecimento do trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Equipe Responsável, o que determinou que as indicações fossem retardadas e, em muitos casos, houve necessidade de se substituir os representantes já indicados.

Ainda, uma greve das IFES, que se estendeu de agosto de 2005 a janeiro de 2006, atropelou os trabalhos da Equipe Responsável que, no momento de sua deflagração, iniciava as discussões a cerca da construção dos instrumentos de coleta de dados. No mesmo sentido, houve necessidade de se repensar a metodologia acordada no Projeto, reduzindo a participação das CAAs, eliminando o nível intermediário de atuação das Sub-Comissões de Avaliação e optando-se pela realização de uma consulta *on-line* à comunidade acadêmica, procedimento considerado importante para democratização e descentralização das ações. Realizada em março de 2006, a mesma coincidiu com o período das eleições internas e o final do ano letivo de 2005, já retardado em função da necessidade de reposição da carga horária dos cursos, prejudicada em função da greve prolongada.

Uma campanha de marketing, divulgando o período de disponibilização dos questionários no sistema e ressaltando a importância da participação de todos os segmentos no processo, promovida através de faixas, cartazes, panfletos e *folders*, além do apelo direto da gestão central aos diretores e gestores para que colaborassem divulgando e incentivando a adesão de todos, não logrou êxito. Ainda assim, mesmo considerando que o baixo índice de questionários respondidos não validaria os dados apurados, a Equipe Responsável não os desprezou - serviram a que se analisassem as causas que determinaram tal absenteísmo.

Debates em Educação

A implantação e a operacionalização do sistema de consulta *on-line* exigiram a aquisição, por parte da UFAL, de um programa¹³ a ser adaptado, em conformidade com as demandas conceituais e técnicas dos procedimentos de auto-avaliação. Alguns obstáculos de ordem operacional, como a viabilização do acesso dos indivíduos ao sistema através de senha pessoal que, garantindo o anonimato, permitisse identificar o segmento e o curso/unidade acadêmica, foram superados com a colaboração de técnicos do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e do Departamento de Administração de Pessoal (DAP).

Os procedimentos acima descritos foram precedidos de discussões em torno da metodologia, etapa laboriosa principalmente no que se refere à construção dos instrumentos de coleta de dados, partilhada com os técnicos do NIT, assessorando as decisões de ordem técnica em relação à construção dos instrumentos e a implantação e operacionalização do sistema. A partir de uma pesquisa exaustiva na internet, colheram-se informações e subsídios que orientassem o trabalho e as discussões do grupo. Um caminho próprio foi percorrido com a criação da matriz avaliativa, identificando informantes e fontes de consulta para cada uma das dimensões a serem avaliadas. Definiram-se, desta forma, as relações necessárias para aplicação das técnicas de coleta de dados, selecionadas entre a aplicação de questionários destinados aos professores, gestores, alunos e técnico administrativos e a análise documental pelos membros da CPA dos documentos existentes na UFAL e que estruturam suas políticas, planos de desenvolvimento e projetos de cursos¹⁴.

Dados e informações resultantes, organizados de forma a compor os relatórios parciais, sob a responsabilidade das CAAs, serviram de subsídios para a construção do Relatório Final, enviado, após discussão com a comunidade acadêmica e aprovação do CONSUNI, à CONAES. Fora fixado, a princípio, o final do mês de abril para o recebimento dos primeiros relatórios e o final do mês seguinte para o

¹³ GRANDALON

¹⁴ PPG, PDI, Relatórios de Gestão 2003, 2004 e 2005, projetos pedagógicos dos cursos e projetos de desenvolvimento das unidades acadêmicas.

Debates em Educação

encaminhamento a Brasília, prazos estes que foram dilatados permitindo que algumas ações programadas fossem revistas e fixadas novas datas.

A finalização do primeiro ciclo da auto-avaliação institucional na UFAL ocorreu com a elaboração e envio do Relatório Final a Brasília no prazo estipulado. Para tal foi necessário que se fizessem alguns ajustes de ordem operacional, comprometendo, em parte, as estratégias programadas. Assim, a previsão de se envolver o nível básico das Sub-Comissões de Avaliação não foi possível de se concretizar.

4.2 O segundo ciclo avaliativo

O primeiro ciclo avaliativo não se concretizara plenamente pelas determinações da CONAES, uma vez que não foi realizada a visita da Comissão de Avaliação Institucional Externa e um segundo já se delineava abrangendo o período 2006 a 2008.

No interstício entre um ciclo e outro a UFAL não conseguiu avançar no rumo da sedimentação de uma cultura avaliativa, deparando-se o segundo ciclo avaliativo com dificuldades semelhantes em relação à participação dos membros da CPA e das CAAs nos procedimentos avaliativos e às falhas em relação à comunicação interna. Persistiriam igualmente o corporativismo do corpo docente e o absenteísmo dos discentes, a mesma falta de informação alegada pela comunidade interna a respeito da necessidade e da importância da avaliação institucional. Podemos mesmo afirmar com alguma segurança que não houve continuidade ao trabalho, ainda que incipiente, de implantação de uma sistemática de auto-avaliação iniciado pela Equipe Responsável. Todo o esforço despendido culminou com a apresentação do Relatório Final de Auto-Avaliação 2004/2006, findo o que houve uma desmobilização e uma desmotivação em relação à auto-avaliação. Não se cumpriu, portanto, um dos objetivos do seu Projeto de Auto-avaliação.

Assim, todo um processo de sensibilização, divulgação e recomposição das CAAs teve que ser reiniciado a partir de junho de 2008, agora com menos tempo para se colocar em prática o complexo mecanismo da condução de uma avaliação institucional em uma universidade de grande porte, como se caracteriza a UFAL. Mais

Debates em Educação

uma vez seria uma “Equipe Responsável” que tomaria a si a tarefa de condução do processo, responsabilizando-se, inclusive, pela realização de eleição¹⁵ para recomposição da CPA/UFAL, agora segundo as determinações de seu Regimento Interno.

Mesmo o processo eleitoral, proposto de forma democratizar a auto-avaliação, com a expansão do âmbito de participação da comunidade acadêmica, não contou com a adesão esperada. Persistiu a resistência por parte dos estudantes, sendo que apenas dois, dentro do universo aproximado de 15 mil¹⁶, se apresentaram como candidato à representação discente. Quanto aos técnicos administrativos e professores, não houve igualmente uma participação expressiva, não apenas em relação ao número de candidaturas registradas, como também quanto ao número de votantes. Como avanço, há que se contar com a inscrição de candidatos (docentes) do Campus de Arapiraca, o que pode ser considerado o primeiro passo para sua incorporação ao processo avaliativo, já que não participara, por não ter ainda sido criado, do primeiro ciclo.

A representação docente da nova CPA/UFAL¹⁷ contempla as três grandes áreas do conhecimento, mais a administração central. Quanto à representação da sociedade civil organizada, foram indicados pelo CONSUNI: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Alagoas (SINTEAL).

A ausência de uma sistemática avaliativa, vigorando no plano interno na UFAL, revela um aspecto negativo em relação aos procedimentos que, hoje, se colocam à avaliação do sistema de ensino superior. Não se cria em seu âmbito uma coordenação que os oriente, supervisione e acompanhe, incentivando e promovendo ações que maximizem as potencialidades e minimizem ou superem as fragilidades apontadas nos diversos relatórios internos e/ou externos. Embora tal constatação, não se pode menosprezar o esforço de alguns poucos que se expressa na execução das determinações legais concernentes à avaliação institucional para além das dificuldades

¹⁵ Realizada em 7 e 8 de outubro de 2008, via *on-line*.

¹⁶ Considerando apenas os cursos de graduação e segundo o Boletim Estatístico 2007.

¹⁷ A vigência do mandato é de dois anos: janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

Debates em Educação

e obstáculos já apontados em relação ao primeiro ciclo avaliativo e que persistiram ou foram criados no segundo.

Decerto que o momento histórico é outro e algumas conseqüências dos procedimentos avaliativos do SINAES, tais como a avaliação do desempenho dos alunos (ENADE) e a avaliação de cursos, já se fazem presentes no cotidiano da Universidade, nem sempre de forma agradável e simpática, como é o caso da divulgação dos indicadores de qualidade dos cursos de graduação e das IES, que não têm contemplado favoravelmente a UFAL e alguns de seus cursos. Ainda assim, podemos considerar como tímido o envolvimento dos diretores de UAs, coordenadores de cursos, docentes e alunos com a qualidade educativa da UFAL, pela qual se fazem responsáveis ao assumirem funções e cargos de confiança da administração central ou da comunidade acadêmica.

Há que se manter, entretanto, um olhar crítico em relação às políticas de educação que embasam as determinações da CONAES, buscando ler nas entrelinhas o real significado da promoção e da divulgação de tantos indicadores de desempenho de alunos, cursos e instituições. Há todo um interesse manifesto no sentido de se reforçar a estrutura burocrática, jurídica e administrativa de regulação e controle do sistema de educação superior, através da integração das dimensões avaliativas como forma de contemplar as recomendações do Banco Mundial. O objetivo é claro no sentido da desqualificação do padrão de ensino, como forma de facilitar a incorporação dos países dependentes de forma periférica ao capitalismo contemporâneo.

As ações concernentes ao segundo ciclo avaliativo iniciaram-se de fato em abril de 2008 e intensificaram-se no segundo semestre com a realização de eventos de sensibilização e de divulgação da tarefa da CPA¹⁸. Mesmo assim, podemos considerar

¹⁸ Em 26/08 foi realizada, no auditório da FEAC reunião com diretores de UAs, coordenadores de cursos e membros da CPA e CAAs uma palestra seguida de debate sobre “Avaliação Institucional e a CPA”, com a presença da Professora Maria das Graças Medeiros Tavares, coordenadora da CPA/UFAL. Na ocasião foram discutidos os critérios para a realização da eleição para recomposição da CPA/UFAL. Em 11/09 foi realizada, na Sala dos Conselhos, com a presença da Magnífica Reitora, do Vice-Reitor, de Pró-Reitores, diretores de UAs, coordenadores de cursos, membros da CPA/UFAL e das CAAs uma palestra com a

Debates em Educação

que a participação da comunidade acadêmica foi insignificante ainda nesse ciclo avaliativo e mesmo os membros da primeira CPA/UFAL não se mobilizaram para cumprir com sua responsabilidade.

Pesquisa, realizada por bolsistas de PIBIC¹⁹, entre agosto de 2007 e julho de 2008, revela que a grande maioria dos alunos ignora a existência da CPA e das CAAs e desconhece o processo de auto-avaliação institucional, embora se disponha a dele participar. Tal afirmativa não se mostra coerente com os resultados obtidos pela iniciativa da PROGRAD de disponibilizar *on-line*, no ato de renovação de matrícula, um questionário de avaliação docente e de curso para ser respondido pelos alunos dos cursos de graduação do Campus A.C. Simões. O número de acessos registrado, após um período que se estendeu por todo o primeiro semestre letivo de 2008 e reeditado no segundo semestre, não permitiu que se considerassem os resultados para o Relatório Final de Auto-avaliação, pela insuficiência e a inconsistência de dados obtidos.

Muito embora o quadro de dificuldades descrito acima, o segundo ciclo culminou gerando o Relatório de Auto-avaliação 2006/2008 que utilizou como fontes de dados os relatórios de gestão das pró-reitorias, fundamentalmente o do ano base de 2007, que marcou o final do primeiro mandato da atual equipe gestora²⁰. Muito embora, o esforço e o cuidado com a atualização dados até o segundo semestre de 2008, checando-se e complementando as informações junto aos responsáveis por cada setor, há que se reconhecer que o resultado nem sempre foi satisfatório e fragilidades que foram apontadas nas considerações finais do Relatório de Auto-avaliação 2004/2006 persistiram, entre elas a dificuldade de comunicação entre a gestão central e as UAs, a criação e implantação ações voltadas para os egressos dos cursos de graduação e a inclusão da sociedade civil no processo de avaliação institucional.

Professora Maria Elba Dantas de Moura Pereira, Coordenadora Geral de Avaliação Institucional e Avaliação de Cursos do INEP.

¹⁹ A pesquisa intitulada "Avaliação institucional: um estudo sobre o processo de auto-avaliação na UFAL, e seus desdobramentos" foi realizada pelos alunos Diogo Rafael M. T. de Melo e Yuri Thiago Tavares da Silva, do curso de Administração e orientada pela Professora Doutora Maria das Graças Medeiros Tavares."

²⁰ A equipe gestora foi reeleita para um segundo mandato com vigência até final de 2011.

Debates em Educação

Internamente, também não foi facilitada a tarefa de se fazer ouvir os diversos segmentos, o que não significa que não se manifestaram. Uma estratégia para tentar captar a fala dos alunos foi recorrer aos questionários socioeconômicos que compõem o ENADE. Assim, foi possível registrar a opinião dos alunos a respeito das condições de infra-estrutura, do desenvolvimento do projeto pedagógico e da atuação docente dos cursos de graduação que dele participaram²¹. Mais uma vez, entretanto, ficaram excluídos os alunos dos cursos de pós-graduação e os egressos. A tentativa, por parte da Equipe Responsável de recorrer aos dados dos questionários disponibilizados *on-line* aos docentes e alunos de graduação durante o ano letivo de 2008, foi frustrada pela escassez de dados sobre as condições de oferta dos cursos e pela dificuldade de emissão de relatórios. Como já ocorrera durante o primeiro ciclo avaliativo não foi possível estender a coleta de dados às UAs, não por falta de interesse da Equipe Responsável, que elaborou uma primeira versão do relatório distribuída aos diretores com a solicitação de encaminhamento às CAAs para a complementação e/ou a correção do texto, incluindo dados relevantes. Findo o prazo estipulado para que se manifestassem, não houve retorno nos termos solicitados, o que levou a que a Equipe Responsável assumisse a total responsabilidade pelas informações contidas no Relatório de Auto-avaliação 2006/2008.

Importante faz-se registrar a dificuldade de integração entre a sede e as unidades do interior, já pressentida em diversas oportunidades e que está manifesta na forma incipiente como estas se fazem presente no Relatório de Auto-avaliação 2006/2008. A interiorização da UFAL, iniciada a partir de 2006, ainda não conseguiu estender ao Campus de Arapiraca e aos Pólos de Viçosa, Penedo e União dos Palmares as ações avaliativas que já se processam em Maceió. Assim, não houve o registro da formação de CAA representativa das unidades do interior. Consequência imediata de tal circunstância é a ausência de dados e de análise da situação em que se encontram as unidades fora de sede. Considerando que o processo de interiorização ainda encontra-se em plena fase de implantação, portanto, mais aberto a correções e

²¹ Foram analisados os relatórios dos cursos de graduação que participaram do ENADE 2004, 2005, 2006 e 2007.

Debates em Educação

mudanças, seria de suma importância que se procedesse, paralelo a este momento uma avaliação das dimensões constantes do projeto de auto-avaliação com a finalidade otimizar os pontos positivos e minimizar as fragilidades, conferindo ao projeto de interiorização maiores e melhores chances de sucesso.

5 – Considerações e encaminhamentos

O permanente exercício de meta-avaliação, a que a Equipe Responsável se impôs nos dois momentos, com o compromisso de realizar uma análise crítica e criteriosa de todas as dimensões contidas no Projeto de Auto-avaliação e nas determinadas pela CONAES como categorias a serem avaliadas, permite pontuar questões pertinentes que ganham importância, exatamente, por se tratarem de situações e circunstâncias reveladoras da realidade da UFAL.

Tem-se a consciência que as fontes consultadas e a dinâmica utilizada são alvos fáceis de crítica, da mesma forma o quantitativo de dados resultante das consultas *on-line* feitas à comunidade acadêmica que, em ambos os ciclos, se revelaram falhas em significância estatística. Em relação ao primeiro ciclo, especificamente, não serve, igualmente, à validação de afirmativas sobre as questões contidas nos questionários, mesmo após ter sido repetida, na segunda quinzena do mês de julho, em pleno período letivo, portanto sem os vícios que prejudicaram a primeira consulta. No segundo ciclo, mudaram-se a forma e a estratégia de acesso aos questionários *on-line*, que permaneceram inoperantes em relação aos objetivos propostos de facilitar e incentivar a participação dos segmentos docente e discente, sem êxito, entretanto. Trata-se de uma fragilidade que não se esgota em si, mas deve ser analisada no conjunto do processo, pois envolve questões de ordem operacional e técnica na construção e disponibilização dos instrumentos e na emissão dos relatórios e de ordem cultural na baixa frequência do acesso por parte da comunidade acadêmica.

Tais fatos não significam que devam ser desprezados. As falhas operacionais e técnicas exigem uma revisão dos encaminhamentos e estratégias adotadas. A baixa frequência de acessos, inviabilizando estatisticamente os resultados, deve ser vista enquanto indício útil a que se proceda a uma investigação das circunstâncias em que e

Debates em Educação

como estes foram construídos. Sob este prisma, já apontam para situações de realidade que devem e merecem ser cuidadosamente analisadas e discutidas pela comunidade acadêmica com vistas às correções de rota.

As tentativas de obter dados via consulta *on-line*, que a Equipe Técnica, optou por ser espontânea e não aleatória como sugerida, no primeiro ciclo e, de certa forma, condicionada, mas não obrigatória, no segundo, não chegaram a sensibilizar os sujeitos, provocando uma adesão significativa. O envolvimento de professores, alunos e técnicos administrativos com as eleições para a direção das UAs e para o CONSUNI e o final de ano letivo 2005 foram apelos mais diretos e concretos do que a chamada à participação na auto-avaliação, procedimento não incorporado à cultura acadêmica e envolvido em descrédito por parte até mesmo dos docentes e gestores. Porém, ainda por ocasião da segunda rodada realizada em 2006 e da tentativa de 2008, quando esses impedimentos não se faziam mais presentes, não se logrou, igualmente, alcançar uma participação expressiva. É oportuno reafirmar, portanto, que a avaliação institucional não se fez história na UFAL e que, apesar dos inúmeros momentos de sensibilização promovidos pela CPA, eram muitos ainda os que afirmavam desconhecer o processo e sua importância para a Instituição. Este é um aspecto de fundamental importância a ser considerado se o interesse for realmente o de se implantar uma cultura avaliativa – sem uma ação efetiva da CPA e a participação ativa da comunidade acadêmica será impossível realizar tal intento.

Do exposto acima, desponta outro aspecto, incluso dentre as dimensões selecionadas pelo SINAES, e que se revelou frágil dentro da UFAL em relação aos dois ciclos: os mecanismos de comunicação interna. A utilização de correspondência interna oficial, realização de eventos, envio de mensagens via meio eletrônico e telefone, contato direto com diretores, coordenadores de cursos e professores, além de campanha de *marketing* não foram canais suficientes para garantir a disseminação de informações capazes de promover o maior envolvimento da comunidade acadêmica no processo de auto-avaliação. Há que se ponderar em função de novas estratégias ou avaliar as utilizadas visando maior eficiência.

Debates em Educação

Considerações, também, devem ser feitas sob o ponto de vista dos problemas de ordem técnica e operacional. Em relação aos primeiros, os instrumentos de coleta de dados - questionários específicos para cada segmento²², contemplando as dimensões selecionadas pelo SINAES e incorporadas pelo Projeto de Auto-avaliação foram submetidos a teste de validação, sendo analisados e avaliados pelas CAAs que apontaram erros e encaminharam sugestões. Os primeiros foram sanados na medida do possível e em função do escasso tempo disponível. As sugestões passaram por uma análise criteriosa, estabelecendo-se as que poderiam ser incorporadas de imediato e as que ficariam para aproveitamento posterior, já que o que se pretende é a sistematização do processo, criando-se uma cultura avaliativa na UFAL. Esta etapa de aproveitamento das sugestões não foi, entretanto considerada no segundo ciclo avaliativo pela descontinuidade das ações e pela desmobilização da Equipe Responsável. Tal fato, no entanto, não significa que em outras circunstâncias, à medida que a CPA recomposta a partir de 2009 possa vir a recuperar, se assim o desejar, o trabalho já realizado pelo grupo anterior.

Sob o ponto de vista operacional foram identificados problemas no cadastramento: i) dos egressos, pela ausência de banco de dados; ii) dos alunos de pós-graduação, não incluídos no sistema de gerenciamento acadêmico; iii) em separado de docentes e gestores, até porque de modo geral estes são oriundos daqueles e a via de acesso aos questionários era a mesma em ambos os casos e iv) precário dos técnicos administrativos, fatos que contribuíram para a fraca adesão à consulta *on-line*. Desta forma, os propósitos de descentralização e democratização não foram atingidos e a avaliação pela comunidade acadêmica de muitos indicadores das dimensões selecionadas foi inviabilizada. Estes problemas repetiram-se no segundo ciclo, inclusive com agravantes, até porque os instrumentos aplicados não foram analisados e avaliados pela Equipe que os havia construído e que sobre os quais já detinha uma massa crítica suficiente para detectar e se possível corrigir falhas.

²² Foram disponibilizados questionários para docentes, alunos de graduação, alunos de pós-graduação, técnicos-administrativos e gestores, cada um deles com questões cobrindo todas as dimensões propostas pelo CONAES.

Debates em Educação

Registre-se que por ocasião do segundo ciclo a consulta on-line foi restrita aos docentes e discentes, excluindo-se os do Campus de Arapiraca e seus polos.

No mesmo viés, os egressos não foram incluídos no processo pela falta de uma política própria, o que inviabilizou em princípio o cadastramento e a acessibilidade. Ainda que apontada como fragilidade desde o primeiro relatório de auto-avaliação e sugerida a adoção uma política voltada para os egressos, no interstício entre os dois ciclos não houve o registro de nenhuma ação neste sentido, nem mesmo a criação de um banco de dados, medida necessária a qualquer projeto envolvendo este segmento. Permanece a Universidade sem condições de contatá-los de imediato.

Ainda, do ponto de vista operacional, não foi viável ampliar a consulta à sociedade, o que não é estranho considerando-se que mesmo no plano interno persistem dificuldades de incluir todos os segmentos.

Evidencia-se, desta forma, a urgência em se proceder à reestruturação do sistema de gerenciamento acadêmico da UFAL, que mesmo já tendo sido revisto em função da nova estrutura administrativa que comporta outras e mais complexas demandas, ainda carece de um banco de dados de maior amplitude e confiabilidade, o que de imediato atenderia aos propósitos de se concretizar uma auto-avaliação mais abrangente e representativa da realidade que se quer apreender.

Outro aspecto reporta-se à atitude dos diversos segmentos. Desde a composição da CPA e estendendo-se por todas as etapas já vivenciadas evidenciou-se uma atitude preocupante e merecedora de reflexão: o fraco comprometimento dos professores, alunos e técnicos administrativos com a Universidade em seu esforço de procurar se adequar, não apenas ao cumprimento de uma exigência legal, imposta por uma política de governo, mas a oportunidade de vivenciar uma experiência de autoconhecimento, com vistas à melhoria de sua qualidade educativa. O alheamento e a não participação, seja enquanto membro da CPA ou das CAAs, ou quando incentivados a aderir ao processo merecem ser analisados em função da pouca importância que atribuem aos processos e políticas institucionais da UFAL.

Debates em Educação

Avaliar e ser avaliado são condições inerentes à experiência humana. De forma sistemática ou informalmente, desde cedo, somos submetidos a situações que envolvem e exigem algum tipo de controle. Resistência ou recusa em acatá-las são comuns e até mesmo previsíveis e possíveis de resultar em atitudes de descrédito e/ou corporativismo, comuns, principalmente quando se tratam de categorias profissionais, em que o receio em se ver retratado sob olhares estranhos suscita atitudes de ressalva e medidas de prevenção e proteção.

A lógica do Estado avaliador vigente impõe, entretanto, suas diretrizes e entre elas, inclui-se a exigência de transparência, principalmente, no trato com a coisa pública. Não se pode mais ignorar as disposições impostas pelo sistema político e econômico, mesmo que se desenvolva em relação às mesmas críticas e posições ideológicas divergentes. Participar do jogo requer o conhecimento e a aceitação das regras e, entre elas, está a da submissão aos regulamentos do SINAES e de seus manuais de avaliação institucional, em conformidade expressa com a política de governo para o setor educacional.

Medir e controlar os resultados do ensino superior, expressando-os em termos quantificáveis, que traduzam conceitos de eficácia e eficiência, podem não agradar aos críticos de uma educação centrada na formação do homem que ultrapasse as exigências de empregabilidade requeridas pelo imediatismo do mercado de trabalho, mas estão em perfeita consonância com as imposições das agências internacionais de fomento, que ranqueiam os sistemas educativos e que, em última instância se fazem seus fiadores. Resistir a ser avaliado não é comportamento prudente na conjuntura de um Estado regido pela lógica avaliativa. Recusar-se a participar do jogo não impede que ele aconteça, pelo contrário, pode revelar aspectos outros que não os acordados e anunciados, possivelmente mais graves e merecedores de reflexão interna profunda, séria e com sinceras intenções de correção de rumos.

Debates em Educação

Referências

ÂNGULO, L M V e BELLONI, I. A função social da avaliação institucional. *Avaliação*, Campinas, v.3, nº34, 1998.

BRASIL. *Decreto 3.860 de Julho de 2001*. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL/MEC. *Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004*. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

MARTINATO, F. J.. *Avaliação Institucional da Universidade: estudo de critérios e experiências de avaliação em âmbito internacional e no Brasil*. (Dissertação de mestrado). UCS: Caxias do Sul, RS, 1998.

MELLO, A.A.S. *Avaliação institucional do ensino superior: controle e condução de política educacional, científica e tecnológica*. IN:SIQUEIRA, A.C e NEVES, L. M.W. (org.) *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006.

SINAES – *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 4 ed.. Brasília: INEP, 2007.

UFAL/CPA – *Auto-avaliação institucional*. TAVARES, M.G.M.(org.). Maceió: Q Gráfica, 2007.

UFAL. *Projeto de Auto-avaliação*. Maceió, 2005. www.ufal.br

UFAL. *Relatório Final da Avaliação Institucional 2006*. Maceió, 2006. www.ufal.br